

Fundação Padre Albino

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e o relatório
dos auditores independentes**



RTA-103-2024

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 11 de março de 2024.

À
Fundação Padre Albino
Catanduva - SP

Atenção do Senhor **Reginaldo Donizeti Lopes**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores Independentes



Alexandre Tadeu de Almeida
Diretor

Fundação Padre Albino

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, e o relatório dos auditores independentes

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do Resultado	8
Demonstrações do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 por atividade e 2022	12
Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 por atividade e 2022	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15
1 Informações gerais	15
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	18
3 Resumo das políticas contábeis materiais	21
4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	27
5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	28
6 Contas a receber de clientes	28
7 Subvenções a receber.....	29
8 Estoques	30
9 Adiantamentos.....	30
10 Propriedade para investimentos	30
11 Imobilizado	31
12 Fornecedores	32
13 Empréstimos e financiamentos	33
14 Obrigações trabalhistas e encargos sociais	34
15 Subvenções a realizar	35
16 Provisões para contingências e depósitos judiciais.....	36
17 Patrimônio líquido.....	36
18 Receitas Operacionais líquidas.....	37
19 Custos das atividades e serviços	41
20 Despesas gerais e administrativas.....	42
21 Resultado financeiro	42
22 Instrumentos financeiros.....	43
23 Isenções usufruídas.....	45
24 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME).....	46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento às disposições estatutárias temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2023, compreendendo as diversas unidades que constituem a Fundação Padre Albino, contando já com o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Durante o exercício a Entidade apresentou déficits em suas Unidades de Saúde, resultados que seguem a tendência dos últimos anos.

Em 2023 a área de Educação seguiu a tendência dos últimos anos apresentando resultados sólidos. A boa performance contribuiu fortemente na obtenção da manutenção do resultado alcançado pela Fundação Padre Albino. Na área de Assistência Social o resultado também seguiu a tendência de déficits dos últimos anos. Nas demais atividades (atividades meio), a Fundação Padre Albino apresentou superávit.

Em 2023 a Fundação Padre Albino promoveu investimentos em diversas áreas de atuação, a saber:

SAÚDE

- **Hospital Padre Albino** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 1.051.339,51. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 14.620.203,96. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 507.546,01. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 296.137,52. O valor total dos investimentos foi de R\$ 16.475.227,00 (dezesesseis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e vinte e sete reais);
- **Hospital Emílio Carlos** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 367.703,43. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 2.453.117,10. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 240.934,12. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 255.845,55. O valor total dos investimentos foi de R\$ 3.317.600,20 (três milhões, trezentos e dezessete mil, seiscentos reais e vinte centavos).

EDUCAÇÃO

- **Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 305.558,02. Benfeitorias em imóveis no valor de R\$ 752.864,60. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 54.234,90. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 197.511,77. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.310.169,29 (um milhão, trezentos e dez mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos);
- **Colégio Catanduva** - Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 26.487,91. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 19.458,22. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 11.647,95. O valor total dos investimentos foi de R\$ 57.594,08 (cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oito centavos).

ASSISTÊNCIA SOCIAL / ADMINISTRATIVO

- **Recanto Monsenhor Albino** – Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 6.989,85. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 5.142,44. Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 82.352,05. O valor total dos investimentos foi de R\$ 94.484,34 (noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos);
- **Coordenadoria Geral** – Aquisição de máquinas e equipamentos no valor de R\$ 4.799,90. Aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$ 93.917,60. Aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 145.729,67. Aquisição de veículos no valor de R\$ 142.307,99. Aquisição de software no valor de R\$ 720.000,00. O valor total dos investimentos foi de R\$ 1.106.755,16 (um milhão, cento e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos.).

No âmbito social, a entidade, através do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA, Hospital Padre Albino, Hospital Emílio Carlos e Recanto Monsenhor Albino, deu andamento a vários projetos beneficentes e ações sociais realizadas para a comunidade de Catanduva e região, através de projetos e atividades, cursos e palestras, orientações, pesquisas e prestação de serviços institucionais.

O número total de colaboradores no término dos exercícios de 2023 e 2022 era de 2.553 e 2.440, respectivamente.

Os Hospitais Padre Albino e Emílio Carlos seguem com o projeto de reciclagem de lixo (papelão, plástico e sucatas), onde a coleta é realizada. Os produtos são vendidos e o valor é destinado à área de captação de recursos, que os aplica no custeio das atividades de oncologia do complexo hospitalar.

Durante o ano foram promovidas várias ações e benefícios sociais para os seus colaboradores com relação à alimentação, educação, capacitação e desenvolvimento profissional, saúde, segurança e medicina do trabalho, transporte, treinamento e outras.

Junto à comunidade foram desenvolvidos vários projetos, ações e contribuições, a saber: assistência jurídica gratuita a pessoas carentes através do CEPRAJUR, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, assessoria e consultorias, educação, saúde e saneamento, segurança no trabalho, treinamento de Gestão de Processos como fator de segurança para os pacientes, orientação à população sobre os cuidados e prevenção de queimaduras e doenças em geral.

Para o exercício de 2024 os objetivos, na área da saúde, serão dar andamento nos projetos de ambientação do Hospital Padre Albino e com isso possibilitar que atenda melhor as demandas sociais atuais. Na mesma linha, dar continuidade a adequações da recepção da Rua Belém e a construção de um novo Pronto Atendimento na Rua 13 de Maio, ambos no Hospital Padre Albino. No Hospital Emílio Carlos será dado andamento no projeto de construção de nova ala, onde será instalada uma área de Hemodiálise, de Unidade de Terapia Intensiva, de Central de Materiais e Esterilização e de Central de Distribuição.

Na área educacional, os planos incluem a manutenção das instalações dos campos existentes do Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA e do Colégio Catanduva.

No Departamento de Assistência Social os planos incluem a manutenção das instalações das edificações e aquisições de novos bens móveis.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos diretores e conselheiros da
Fundação Padre Albino
Catanduva - SP

**Moore Prisma Auditores e
Consultores**

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Padre Albino (“Fundação ou FPA”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Padre Albino em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 11 de março de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Alexandre Tadeu de Almeida
Contador – CRC-1SP184819/O-0

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)	4	92.311.332	69.933.263	Fornecedores	12	10.398.264	7.505.730
Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)	5	6.659.236	6.315.550	Empréstimos e financiamentos	13	3.243.132	2.905.044
Contas a receber de clientes	6	13.119.683	12.477.119	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	9.486.562	8.376.751
Subvenções a receber	7	15.656.932	22.390.122	Provisões trabalhistas e de encargos		10.984.658	9.636.043
Estoques	8	6.373.133	4.609.802	Subvenções a realizar	15	21.337.043	27.846.835
Adiantamentos	9	5.377.676	3.498.030	Outras obrigações		6.047.639	5.280.492
Outros créditos		28.977	126.649	Total do passivo circulante		61.497.298	61.550.895
Total do ativo circulante		139.526.969	119.350.535				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	30.124.732	5.568.002
Depósitos judiciais	16	10.582.967	11.148.913	Subvenções a Realizar	15	-	5.465.998
Subvenções a receber	7	-	5.465.998	Provisões para contingências	16	16.116.410	14.463.448
		10.582.967	16.614.911	Total do passivo não circulante		46.241.142	25.497.448
Propriedades para investimento	10	41.493.593	50.053.081	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	11	95.211.894	79.494.578	Patrimônio social		155.824.284	121.857.632
Intangível		687.385	147.256	Reservas patrimoniais		22.787.734	22.787.734
Total do ativo não circulante		147.975.839	146.309.826	Superávit do exercício		1.152.350	33.966.652
				Total do patrimônio líquido		179.764.368	178.612.018
Total do ativo		287.502.808	265.660.361	Total do passivo e patrimônio líquido		287.502.808	265.660.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais			
Contratualização SUS		70.829.671	69.643.608
Planos de saúde privado		57.955.524	47.805.036
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares		6.974.737	7.366.383
Mensalidades - atividade educação		87.116.987	77.753.574
Gratuidade com bolsas de estudos		10.079.389	8.521.933
Contraprestações assistenciais recebidas		347.486	334.217
Serviços voluntários obtidos		76.547	72.680
Subvenções, convênios e parcerias		51.355.756	36.155.749
Imunidades usufruídas	23	34.743.414	31.796.165
Doações para custeio		2.788.475	2.488.494
Doações em artigos e bens		1.656.808	1.112.627
Aluguéis		1.982.671	1.663.417
Outras Receitas		1.388.041	1.291.246
		<u>327.295.506</u>	<u>286.005.129</u>
Deduções da receita operacional			
Gratuidade com bolsas de estudos		(10.079.389)	(8.521.933)
Bolsas de estudos concedidas		(7.718.179)	(6.591.077)
		<u>(17.797.568)</u>	<u>(15.113.010)</u>
Receitas operacionais líquidas	18	<u>309.497.938</u>	<u>270.892.119</u>
Custos das atividades e serviços			
Custos com pessoal		(123.689.565)	(110.798.587)
Serviços voluntários obtidos		(76.547)	(72.680)
Subvenções, convênios e parcerias		(51.355.756)	(36.155.749)
Imunidades usufruídas	23	(34.743.414)	(31.796.165)
Custos com manutenção das atividades	19	(74.686.213)	(80.060.307)
		<u>(284.551.495)</u>	<u>(258.883.488)</u>
Superávit bruto		<u>24.946.443</u>	<u>12.008.631</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(10.228.773)	(9.360.517)
Depreciações e amortizações		(6.344.197)	(6.371.419)
Despesas com processos e contingências judiciais		(3.468.915)	(3.131.971)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	(8.559.488)	36.786.002
		<u>(28.601.373)</u>	<u>17.922.095</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>(3.654.930)</u>	<u>29.930.726</u>
Receitas financeiras		11.297.099	9.781.448
Despesas financeiras		(6.489.819)	(5.745.522)
Resultado financeiro	21	<u>4.807.280</u>	<u>4.035.926</u>
Superávit do exercício		<u><u>1.152.350</u></u>	<u><u>33.966.652</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit do exercício	1.152.350	33.966.652
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.152.350</u>	<u>33.966.652</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Patrimônio social	Reservas patrimoniais	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	112.144.558	22.787.734	9.713.074	144.645.366
Incorporação ao patrimônio social	9.713.074	-	(9.713.074)	-
Superávit do exercício	-	-	33.966.652	33.966.652
Saldos em 31 de dezembro de 2022	121.857.632	22.787.734	33.966.652	178.612.018
Incorporação ao patrimônio social	33.966.652	-	(33.966.652)	-
Superávit do exercício	-	-	1.152.350	1.152.350
Saldos em 31 de dezembro de 2023	155.824.284	22.787.734	1.152.350	179.764.368

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.152.350	33.966.652
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	6.344.197	6.371.419
Provisão para perdas com contas a receber de clientes	1.201.551	1.505.354
Variação do valor justo	8.559.488	(36.786.002)
Juros incorridos líquido	2.416.556	2.082.185
Provisão para contingências	1.652.962	2.516.969
Custo residual de ativo imobilizado vendidos/baixados	-	30.327
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.844.115)	(3.631.395)
Subvenções a receber	12.199.188	22.716.900
Estoques	(1.763.331)	1.317.471
Depósitos judiciais	565.946	(2.580.162)
Outros ativos	(1.781.974)	(1.878.018)
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores	2.892.534	(652.013)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.109.811	(331.159)
Provisões trabalhistas e de encargos	1.348.615	1.201.078
Subvenções a realizar	(11.975.790)	(21.979.254)
Outros passivos	767.147	358
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>22.845.135</u>	<u>3.870.710</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(22.601.642)	(9.226.803)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(22.601.642)</u>	<u>(9.226.803)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	27.335.195	-
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(3.335.376)	(3.335.376)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>22.478.262</u>	<u>(3.335.376)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>22.721.755</u>	<u>(8.691.469)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	98.970.568	76.248.813
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.248.813	84.940.282
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>22.721.755</u>	<u>(8.691.469)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 por atividade e 2022

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023				Total	2022
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades		
Ativo						
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Livres)	20.647.204	69.547.638	34.724	2.081.766	92.311.332	69.933.263
Caixa e Equivalentes de Caixa (Recursos Restritos)	6.510.359	-	134.434	14.443	6.659.236	6.315.550
Contas a receber de clientes	7.479.264	5.365.053	-	275.366	13.119.683	12.477.119
Subvenções a Receber	15.588.432	-	68.500	-	15.656.932	22.390.122
Estoques	6.268.238	8.088	26.389	70.418	6.373.133	4.609.802
Adiantamentos	3.941.980	1.273.191	24.953	137.552	5.377.676	3.498.030
Outros créditos	15.247	-	-	13.730	28.977	126.649
Total do ativo circulante	60.450.724	76.193.970	289.000	2.593.275	139.526.969	119.350.535
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais	6.126.007	55.258	-	4.401.702	10.582.967	11.148.913
Subvenções a Receber	-	-	-	-	-	5.465.998
	6.126.007	55.258	-	4.401.702	10.582.967	16.614.911
Propriedades para investimento	-	-	-	41.493.593	41.493.593	50.053.081
Imobilizado	79.306.284	12.220.279	1.656.068	2.029.263	95.211.894	79.494.578
Intangível	918	55.989	-	630.478	687.385	147.256
Total do ativo não circulante	85.433.209	12.331.526	1.656.068	48.555.036	147.975.839	146.309.826
Total do ativo	145.883.933	88.525.496	1.945.068	51.148.311	287.502.808	265.660.361

Continua

Fundação Padre Albino

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 por atividade e 2022

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

Continuação

	2023				Total	2022
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades		
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	9.174.350	445.828	25.991	752.095	10.398.264	7.505.730
Empréstimos e financiamentos	3.243.132	-	-	-	3.243.132	2.905.044
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	5.996.025	2.437.062	113.109	940.366	9.486.562	8.376.751
Provisões trabalhistas e de encargos	6.316.782	2.860.806	127.494	1.679.576	10.984.658	9.636.043
Subvenções a realizar	21.118.395	-	204.205	14.443	21.337.043	27.846.835
Outras obrigações	4.959.839	129.274	4.746	953.780	6.047.639	5.280.492
Total do passivo circulante	50.808.523	5.872.970	475.545	4.340.260	61.497.298	61.550.895
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	30.124.732	-	-	-	30.124.732	5.568.002
Subvenções a Realizar	-	-	-	-	-	5.465.998
Provisões para contingências	7.732.464	1.643.614	146.739	6.593.593	16.116.410	14.463.448
Total do passivo não circulante	37.857.196	1.643.614	146.739	6.593.593	46.241.142	25.497.448
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	(52.553.848)	206.135.336	(26.236.288)	28.479.084	155.824.284	121.857.632
Reservas patrimoniais	22.502.256	6.532	186.025	92.921	22.787.734	22.787.734
Superávit (déficit) do exercício	(20.800.161)	26.836.707	(1.997.844)	(2.886.352)	1.152.350	33.966.652
Total do patrimônio líquido	(50.851.753)	232.978.575	(28.048.107)	25.685.653	179.764.368	178.612.018
Total do passivo e patrimônio líquido	37.813.966	240.495.159	(27.425.823)	36.619.506	287.502.808	265.660.361

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 por atividade e 2022

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023				2022	
	Saúde	Educação	Social	Demais atividades	Total	
Receitas operacionais						
Contratualização SUS	70.829.671	-	-	-	70.829.671	69.643.608
Planos de saúde privado	57.955.524	-	-	-	57.955.524	47.805.036
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	6.974.737	-	-	-	6.974.737	7.366.383
Mensalidades - atividade educação	-	87.116.987	-	-	87.116.987	77.753.574
Gratuidade com bolsas de estudos	-	10.079.389	-	-	10.079.389	8.521.933
Contraprestações Assistenciais Recebidas	-	-	347.486	-	347.486	334.217
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	76.547	76.547	72.680
Subvenções, convênios e parcerias	51.050.978	-	304.778	-	51.355.756	36.155.749
Imunidades usufruídas	22.738.796	8.798.859	368.065	2.837.694	34.743.414	31.796.165
Doações para custeio	149.077	29.360	252.470	2.357.568	2.788.475	2.488.494
Doações em artigos e bens	1.596.341	-	60.467	-	1.656.808	1.112.627
Aluguéis	-	25.115	-	1.957.556	1.982.671	1.663.417
Outras Receitas	-	284.886	15.902	1.087.253	1.388.041	1.291.246
	211.295.124	106.334.596	1.349.168	8.316.618	327.295.506	286.005.129
Deduções da receita operacional						
Gratuidade com bolsas de estudos	-	(10.079.389)	-	-	(10.079.389)	(8.521.933)
Bolsas de estudos concedidas	-	(7.718.179)	-	-	(7.718.179)	(6.591.077)
	-	(17.797.568)	-	-	(17.797.568)	(15.113.010)
Receita operacionais líquidas	211.295.124	88.537.028	1.349.168	8.316.618	309.497.938	270.892.119
Custos das atividades e serviços						
Custos com pessoal	(83.221.333)	(26.287.061)	(1.807.829)	(12.373.342)	(123.689.565)	(110.798.587)
Serviços Voluntários Obtidos	-	-	-	(76.547)	(76.547)	(72.680)
Subvenções, convênios e parcerias	(51.050.978)	-	(304.778)	-	(51.355.756)	(36.155.749)
Imunidades usufruídas	(22.738.796)	(8.798.859)	(368.065)	(2.837.694)	(34.743.414)	(31.796.165)
Custos com manutenção das atividades	(62.734.925)	(28.121.892)	(622.795)	16.793.399	(74.686.213)	(80.060.307)
	(219.746.032)	(63.207.812)	(3.103.467)	1.505.816	(284.551.495)	(258.883.488)
Superávit bruto	(8.450.908)	25.329.216	(1.754.299)	9.822.434	24.946.443	12.008.631
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(4.325.999)	(2.390.494)	(35.886)	(3.476.394)	(10.228.773)	(9.360.517)
Depreciações e amortizações	(4.702.027)	(1.023.975)	(129.342)	(488.853)	(6.344.197)	(6.371.419)
Despesas com processos e contingências judiciais	(2.102.389)	(952.349)	(63.481)	(350.696)	(3.468.915)	(3.131.971)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(8.559.488)	(8.559.488)	36.786.002
	(11.130.415)	(4.366.818)	(228.709)	(12.875.431)	(28.601.373)	17.922.095
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	(19.581.323)	20.962.398	(1.983.008)	(3.052.997)	(3.654.930)	29.930.726
Receitas Financeiras	1.628.796	9.387.122	1.480	279.701	11.297.099	9.781.448
Despesas Financeiras	(2.847.635)	(3.512.812)	(16.315)	(113.057)	(6.489.819)	(5.745.522)
Resultado financeiro	(1.218.839)	5.874.310	(14.835)	166.644	4.807.280	4.035.926
Superávit (déficit) do exercício	(20.800.162)	26.836.708	(1.997.843)	(2.886.353)	1.152.350	33.966.652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Padre Albino

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em reais

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Fundação Padre Albino (“Fundação ou FPA”), entidade sem fins lucrativos, reconhecidamente filantrópica, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem prazo determinado de duração, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil, sob nº 47.074.851/0001-42, criada em 11 de março de 1968, sob a estrutura fundacional, como autoriza o artigo 44. III do Código Civil, com sede central e domicílio civil na Rua dos Estudantes nº 225 - Parque Iracema, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo - CEP 15.809-144.

A FPA é mantenedora das seguintes unidades: Hospital Escola “Padre Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0008-19, Hospital Escola “Emílio Carlos” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0009-08, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0014-67, Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA CAMPUS SÃO FRANCISCO 47.074.851/0016-29, Colégio Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0003-04, Recanto “Monsenhor Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0010-33, Centro Cultural e Histórico “Padre Albino” inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0011-14, da propriedade rural Fazenda Promissão inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0007-38 e do Ambulatório Médico de Especialidades – AME Catanduva inscrita no CNPJ sob o nº 47.074.851/0015-48.

A missão da FPA, outrora idealizado pelo Padre Albino Alves da Cunha e Silva está pautada na promoção humana e por consequência na melhora da condição de vida das pessoas que estão em estado de ampla vulneração social, especialmente os doentes e, com o propósito de cumprir a genuína missão, a FPA definiu como sua finalidade a atuação preponderante na área da saúde, como secundária, a educacional e terciária a assistencial, assegurando-se, para a consecução de seus propósitos, a observância ao princípio da universalidade, que confere a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, o direito às ações e serviços oferecidos pela instituição, uma vez atendido os requisitos previstos na legislação vigente.

Na área da saúde, a FPA presta assistência médica e hospitalar em regime ambulatorial e de internação, preferencialmente às pessoas residentes e domiciliados na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, bem como de outra região, guardadas as limitações da sua capacidade instalada e orçamentária. Atualmente, pelo reconhecimento que a FPA possui como entidade beneficente de assistência social, agrega à sua finalidade a oferta e o atendimento de pacientes não só advindos dos planos de saúde e particulares, mas especialmente aqueles provindos do Sistema Único de Saúde – SUS, mediante a celebração de instrumento jurídico com o gestor Estadual, respeitado a obrigatoriedade da limitação mínima de atendimentos prevista na legislação vigente.

Na área educacional, a FPA mantém educação básica e superior (incluindo pós-graduações *lato e stricto sensu*), presencial ou à distância, por meio de filiais ou por meio de quaisquer outras unidades que possa criar ou manter, própria ou de terceiros, bem como incentiva e fomenta a pesquisa e o desenvolvimento das investigações científicas e históricas. Para a consecução da promoção educacional, a FPA promove, anualmente, a concessão de bolsas de estudos integrais e/ou parciais, observados os limites e termos da legislação vigente, inclusive a regra de compensação social.

Na área assistencial, a FPA promove serviços sócio assistenciais aos idosos e/ou a outros usuários enquadrados na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação em plena observância à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, guardadas as suas limitações legais e orçamentárias.

1.2 Impostos e contribuições – renúncia fiscal

A entidade é imune à incidência de alguns tributos e contribuições a saber:

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A FPA, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos art. 150, VI, "c", e art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art.181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

(ii) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, art. 2, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas as suas finalidades essenciais, não se submetem a incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita a incidência desse imposto sobre as referidas operações.

(iii) Programa de Integração Social (PIS)

No passado, ante a controvérsia da regra do art. 55, da Lei 8.212/91, vez que necessária a existência de lei complementar para instituir requisitos ao implemento de imunidade tributária no tocante às entidades sociais, a FPA deliberou por ajuizar Ação Ordinária de Inexigibilidade Tributária com Repetição de Indébito, na 1ª Vara Federal de São José do Rio Preto/SP, com a opção da realização do depósito judicial, que a teor do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Posteriormente, em data de 23/02/2017, o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, de Relatoria do Ministro Marco Aurélio, com o reconhecimento da repercussão geral da matéria concernente à questão de que os requisitos para o gozo da imunidade não de estar previstos em lei complementar, restando pacificado a imunidade das instituições detentoras do CEBAS em relação ao PIS sobre a folha. Vale destacar que mesmo diante da decisão, a FPA em uma conduta cautelosa optou por manter o depósito judicial dos valores do PIS até o mês de abril de 2023, vide nota explicativa nº 16.

(iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A FPA goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas as atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e nº 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS esta abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

(v) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária, de acordo com a Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 23.

(vi) Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A FPA por se tratar de entidade filantrópica e beneficente de assistência social na área da saúde, goza de inquestionável imunidade/isenção tributária, em razão do art. 150, inciso VI, letra "c", da Constituição Federal/88, também fundado no entendimento sedimentado pelo e. Supremo Tribunal Federal, proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 767332, onde foi reconhecida a existência de repercussão geral. Também, em relação à municipalidade, a FPA é isenta das taxas de serviço urbano (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0097 de 21/12/1998) bem como da taxa de coleta de lixo (art. 1º inciso VI, da Lei Complementar nº 0938 de 12/08/2018) em relação à alguns imóveis.

(vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, alterada pela Medida Provisória nº 1.075/2021, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao Sesi/MEC, com o qual a FPA firmou Termo de Adesão para o Centro Universitário Padre Albino – UNIFIPA, com a última renovação em 15 de julho de 2022, para vigorar a partir do 2º semestre de 2022. Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

Para o gozo da imunidade, segundo a Lei nº 9.532/97, art. 12, parágrafo 2º, a Fundação está obrigado a atender os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- (e) apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

1.3 Da certificação no CEBAS

A Fundação Padre Albino teve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – deferida mediante Portaria SAES/MS nº 298 de 13/09/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20/09/2022, com validade de 01/01/2018 a 31/12/2020. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que está em curso nesse órgão sob nº de controle, SIPAR 25000.164012/2020-44, protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 23/11/2020, o qual encontra-se em análise técnica, com base na Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009, e suas alterações, no Decreto nº 8242/14 e na Portaria GM/MS nº 834, de 26 de abril de 2016. Protocolou, junto ao Ministério da Saúde, pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolado “TEMPESTIVAMENTE” no dia 26/12/2023, o qual também se encontra em análise técnica, com base na Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta.

1.4 Manutenção financeira

A FPA é mantida através de auxílios, doações, legados, subvenções, receitas que se originam do desempenho de suas finalidades sociais e das atividades exercidas, receitas patrimoniais e financeiras e outras receitas oriundas de atividades que tenham por fim gerar recursos para sua manutenção.

Todos os recursos financeiros serão administrados e utilizados apenas para o cumprimento das finalidades sociais.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 11 de março de 2024.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 10** – mensuração do valor justo das propriedades para investimentos;
- **Nota explicativa nº 11** – análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

e Mensuração do valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Fundação requerem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para os ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos do Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Fundação é classificada como nível 1 e nível 2.

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

f Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação

f.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Fundação

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fundação.

Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:

alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

f.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2023

A Fundação analisou as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou aplicabilidade em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis; e
- (iii) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

f.3 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Fundação não adotou antecipadamente as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- (i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alteração ao CPC 26/IAS 1);
- (ii) Acordos de financiamentos de fornecedores (“risco sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); e
- (iii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).

A Fundação não espera que essas alterações tenham impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

a.1 Reconhecimento e mensuração inicial - ativos e passivos financeiros

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

a.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Fundação classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes), são classificados como ao VJR valor justo por meio do resultado).

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Nesta categoria a Fundação classifica as “aplicações financeiras”.

Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Fundação é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Fundação, classificados como custo amortizado são “caixa e bancos conta movimento”, contas a receber de clientes e outros créditos.

Todos os passivos financeiros da Fundação estão classificados como custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

a.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.4 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres) abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos) abrangem depósitos bancários e investimentos financeiros. Tais recursos financeiros estão vinculados a projetos/subvenções/convênios e serão utilizados quando da sua realização.

d Contas a receber de clientes

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e Subvenções a receber

As subvenções a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos contratos/convênios representativos desses créditos, referentes principalmente por direitos a receber de contratos e convênios públicos destinados a custeio e investimentos.

f Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel.

g Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta de resultado.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas no resultado.

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos e construções em andamento não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

i.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Para contas a receber de clientes, a Fundação aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a FPA não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A FPA estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

i.2 Ativos não financeiros

A administração da Fundação deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e posteriormente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

l Subvenções a Realizar

As subvenções a realizar são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no ativo em contrapartida do passivo em conta específica de subvenções a realizar e são realizados em confronto com as despesas correspondentes, conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

m Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

o Reconhecimento de receita e despesas

As receitas operacionais da Fundação constituem-se basicamente dos serviços hospitalares prestados em seus dois Hospitais-Escola, das mensalidades escolares dos alunos matriculados em seus diversos departamentos de ensino, das doações de pessoas físicas e jurídicas e dos auxílios e subvenções recebidos de órgãos governamentais. As despesas são classificadas por grupos, segundo suas origens, sendo consolidadas, por espécie, quando do encerramento do exercício social, ao final de cada ano civil, sendo ambas (receitas e despesas) apuradas pelo regime de competência dos exercícios e contabilizadas em conformidade com um plano de contas único.

As gratuidades são praticadas em todos os departamentos mantidos pela Fundação, tendo em vista sua finalidade filantrópica, sendo apuradas de acordo com as áreas de atuação da entidade, a saber: Saúde, Educação e Assistência Social.

o.1 Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de educação básica e ensino superior.

o.2 Bolsa de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, atendendo as determinações da Lei nº 187, de 16 de dezembro de 2021, e no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta, e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente a filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

o.3 Prestação de serviços médico hospitalares

Os procedimentos médicos hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos hospitalares que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

o.4 Subvenções

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

p Receitas com trabalhos voluntários

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo a prestação de serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida a custos das atividades.

4 Caixa e equivalentes de caixa (recursos livres)

Descrição	2023	2022
Caixa	103.485	52.155
Bancos conta movimento - sem restrição	324.309	180.680
Aplicações financeiras - sem restrição	91.883.538	69.700.428
	92.311.332	69.933.263

As aplicações financeiras - sem restrição são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Caixa e equivalentes de caixa (recursos restritos)

Descrição	2023	2022
Bancos conta movimento - com restrição	100.941	62.727
Aplicações financeiros - com restrição	6.558.295	6.252.823
	6.659.236	6.315.550

As aplicações financeiras – com restrição, referem-se a recursos vinculados aos Convênios/Projetos públicos. Permanecem restritos e aplicados substancialmente em Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação.

6 Contas a receber de clientes

a Composição do saldo

Descrição	2023	2022
Contas a receber de clientes:		
Clientes - educação	9.719.758	8.363.227
Clientes convênio - saúde	6.502.520	6.151.924
Sistema único de saúde - SUS	1.672.485	1.672.484
Clientes particular - saúde	532.032	394.756
	18.426.795	16.582.391
Outras contas a receber:		
Cartão de crédito	252.540	174.154
Cheques a receber	140.162	138.832
Outras contas a receber	54.251	134.255
	18.873.748	17.029.632
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (i)	(5.754.065)	(4.552.513)
	13.119.683	12.477.119

b Composição do saldo por vencimento do contas a receber de clientes

	2023	2022
A vencer	10.045.517	7.138.095
Vencidos:		
Até 30 dias	1.185.739	998.177
De 31 até 60	604.021	583.672
De 61 até 90	492.372	555.694
De 91 até 120	507.444	573.824
De 121 até 150	374.454	452.671
De 151 até 180	299.963	383.104
De 181 até 365	1.264.053	2.246.010
Acima de 365 dias	4.846.680	4.243.999
	19.620.243	17.175.246
Antecipações de mensalidades (ii)	(1.193.448)	(592.855)
	18.426.795	16.582.391

- (i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as particularidades operacionais da Fundação, após criteriosa análise das contas a receber vencidas. Para o contas a receber do SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias. A administração da Fundação entende ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.
- (ii) Refere-se a matrículas/mensalidades para o ano letivo subsequente, recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício social. Serão reconhecidos no resultado do exercício de 2024 de acordo com o regime de competência.

7 Subvenções a receber

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>Novos convênios/ aditivos</u>	<u>Valores recebidos/ repasses</u>	<u>2023</u>
Hospital Escola Padre Albino				
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	3.138.771
- Mais Santas Casas	16.677.850	78.773	(11.828.206)	4.928.417
- Subvenção	4.052.571	8.151.834	(8.136.270)	4.068.135
- Prefeitura de Tanabi	-	15.000	(15.000)	-
- Outros	-	-	-	-
	<u>23.869.192</u>	<u>8.245.607</u>	<u>(19.979.476)</u>	<u>12.135.323</u>
Hospital Escola Emílio Carlos				
- Sustentáveis	662.669	-	-	662.669
- Mais Santas Casas	1.823.872	3.898	(1.290.191)	537.579
- Subvenção	1.497.887	3.007.834	(2.252.860)	2.252.861
	<u>3.984.428</u>	<u>3.011.732</u>	<u>(3.543.051)</u>	<u>3.453.109</u>
Ambulatório Médico de Especialidades				
- Contrato de Gestão	-	9.827.939	(9.827.939)	-
	-	<u>9.827.939</u>	<u>(9.827.939)</u>	-
Recanto Monsenhor Albino				
- Termo de colaboração 04/2020	-	187.550	(187.550)	-
- Termo de fomento 01/2023	-	198.000	(132.000)	66.000
- Outros	2.500	-	-	2.500
	<u>2.500</u>	<u>385.550</u>	<u>(319.550)</u>	<u>68.500</u>
Subvenções a receber	<u>27.856.120</u>	<u>21.470.828</u>	<u>(33.670.016)</u>	<u>15.656.932</u>
Circulante	22.390.122			15.656.932
Não circulante	5.465.998			-

As subvenções a receber são registrados no ativo em contrapartida do passivo e são realizados, quando do seu efetivo recebimento.

8 Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Medicamentos e materiais hospitalares	5.056.715	3.459.416
Materiais de manutenção	213.864	231.643
Produtos alimentícios	186.401	154.982
Materiais de limpeza	277.560	237.146
Materiais de segurança e medicina do trabalho	237.917	209.325
Almoxarifado e outros estoques	400.676	317.290
	<u>6.373.133</u>	<u>4.609.802</u>

O saldo dos estoques, em sua maioria, é representado por medicamentos, materiais médico-hospitalares e outros produtos relacionados a atividade hospitalar, utilizados na prestação de serviços de saúde nos hospitais. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

9 Adiantamentos

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	3.103.772	1.620.316
Adiantamento de férias	1.928.408	1.809.527
Adiantamento a funcionários	318.194	36.759
Outros adiantamentos	27.302	31.428
	<u>5.377.676</u>	<u>3.498.030</u>

(i) Parte substancial dos adiantamentos se referem a antecipação de recursos para aquisição de imobilizado na área de saúde.

10 Propriedade para investimentos

	<u>Terrenos rurais</u>	<u>Terrenos urbanos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>4.391.193</u>	<u>4.321.123</u>	<u>622.887</u>	<u>9.335.203</u>
Depreciação do exercício	-	-	(48.279)	(48.279)
Transferências do imobilizado	-	-	3.980.155	3.980.155
Varição do valor justo do exercício	27.640.295	941.691	8.204.016	36.786.002
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>32.031.488</u>	<u>5.262.814</u>	<u>12.758.779</u>	<u>50.053.081</u>
Varição do valor justo do exercício	(7.031.488)	811.000	(2.339.000)	(8.559.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>25.000.000</u>	<u>6.073.814</u>	<u>10.419.779</u>	<u>41.493.593</u>

Em atendimento do CPC 28 – Propriedade para Investimento, a Fundação adota o método de valor justo por melhor refletir o seu negócio e para possíveis análises de mercado. O valor justo dos terrenos e das edificações está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes, datado de 30 de novembro de 2023. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

11 Imobilizado

a Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	2023			2022
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.117.337	-	12.117.337	12.117.337
Edificações e benfeitorias	4%	64.490.289	(25.780.202)	38.710.087	41.131.151
Máquinas e equipamentos (i)	10%	39.221.675	(25.938.248)	13.283.427	13.890.769
Instalações	10%	1.047.878	(1.047.768)	110	3.525
Móveis e utensílios (i)	10%	12.075.090	(8.546.214)	3.528.876	3.224.037
Equipamentos de informática (i)	20%	6.917.920	(5.064.937)	1.852.983	1.547.396
Veículos (i)	20%	1.793.714	(1.393.134)	400.580	81.583
Imobilizações em curso	-	25.796.736	-	25.796.736	7.970.550
Outras imobilizações	-	15.160	-	15.160	21.634
(-) Provisão para perdas - impairment	-	(493.404)	-	(493.404)	(493.404)
		162.982.397	(67.770.503)	95.211.894	79.494.578

b Movimentação do custo de aquisição

	2021	Adição	Baixas	Transferências	2022	Adição	Transferências	2023
Terrenos	11.645.437	-	-	471.900	12.117.337	-	-	12.117.337
Edificações e benfeitorias	69.322.394	-	-	(4.832.105)	64.490.289	-	-	64.490.289
Máquinas e equipamentos	36.746.976	1.193.160	(556.702)	-	37.383.434	1.838.241	-	39.221.675
Instalações	1.047.878	-	-	-	1.047.878	-	-	1.047.878
Móveis e utensílios	10.604.602	619.270	(64.052)	-	11.159.820	915.270	-	12.075.090
Equipamentos de informática	5.823.659	275.528	(101.092)	-	5.998.095	919.825	-	6.917.920
Veículos	1.405.121	-	-	-	1.405.121	246.285	142.308	1.793.714
Imobilizações em curso	853.338	7.117.212	-	-	7.970.550	17.826.186	-	25.796.736
Outras imobilizações	-	21.633	-	-	21.633	135.835	(142.308)	15.160
(-) Provisão para perdas - impairment	(493.404)	-	-	-	(493.404)	-	-	(493.404)
	136.956.001	9.226.803	(721.846)	(4.360.205)	141.100.755	21.881.642	-	162.982.397

c Movimentação da depreciação acumulada

	2021	Adição	Baixas	Transferências	2022	Adição	Baixas	Transferências	2023
Edificações e benfeitorias	(21.198.660)	(2.540.529)	-	380.050	(23.359.139)	(2.421.063)	-	-	(25.780.202)
Máquinas e equipamentos	(21.629.288)	(2.395.396)	532.019	-	(23.492.665)	(2.445.583)	-	-	(25.938.248)
Instalações	(1.030.560)	(13.793)	-	-	(1.044.353)	(3.415)	-	-	(1.047.768)
Móveis e utensílios	(7.421.353)	(575.652)	61.222	-	(7.935.783)	(610.431)	-	-	(8.546.214)
Equipamentos de informática	(3.905.354)	(643.623)	98.278	-	(4.450.699)	(614.238)	-	-	(5.064.937)
Veículos	(1.249.721)	(73.817)	-	-	(1.323.538)	(69.596)	-	-	(1.393.134)
	(56.434.936)	(6.242.810)	691.519	380.050	(61.606.177)	(6.164.326)	-	-	(67.770.503)

Os bens do ativo imobilizado estão líquidos dos bens adquiridos com recursos dos Convênios firmados com a Fundação ou repassados pelos órgãos públicos, através de Contratos e Termo de Permissão de Uso (bens de terceiros). São reconhecidos em contas devedoras e credoras distintas do ativo imobilizado e mantidos ao seu valor histórico. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tinha a seguinte composição:

Bens de terceiros	2023	2022
Máquinas e equipamentos	14.026.210	13.470.577
Móveis e utensílios	925.042	757.230
Equipamentos de informática	24.002	24.002
Veículos	44.125	44.125
Benfeitorias	116.134	-
	15.135.513	14.295.934

12 Fornecedores

Descrição	2023	2022
Fornecedores - atividade saúde	9.174.350	7.121.661
Fornecedores - atividade educação	445.828	173.176
Fornecedores - atividade social	25.992	52.766
Fornecedores demais atividades	752.094	158.127
	10.398.264	7.505.730

13 Empréstimos e financiamentos

a Composição do saldo

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
BNDES - Crédito para investimento	SELIC + 3,52%	15/09/2037	161.901	27.335.195	2.905.044	5.568.002
Cédula de crédito bancário - capital de giro	10,0195%	17/11/2025	3.081.231	2.789.537	2.905.044	5.568.002
			3.243.132	30.124.732	2.905.044	5.568.002

b Cronograma de amortização da dívida:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024	-	2.905.044
2025	3.359.021	2.662.958
2026	2.277.936	-
2027	2.277.936	-
2028	2.277.936	-
2029 a 2037	19.931.903	-
	30.124.732	5.568.002

c Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial do empréstimo e financiamentos em	8.473.046	9.726.237
(+) Captações	27.335.195	-
(-) Pagamentos do principal	(3.335.376)	(3.335.376)
(-) Pagamentos de juros	(1.521.557)	(52.209)
(+) Juros provisionados	2.416.556	2.134.394
Saldo final do empréstimo e financiamentos em	<u>33.367.864</u>	<u>8.473.046</u>

O saldo de empréstimos e financiamento está representado por duas operações: a) Banco Bradesco S.A., com garantia no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), composto dentre outras fontes, pelos recursos de Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e pelos recursos do FAT – Depósitos Especiais. Será utilizado em projetos de ambientação e ampliação na área de saúde. A Fundação dá em garantia-reserva, cessão fiduciária dos direitos creditórios que possui junto ao Ministério da Saúde, referente aos créditos decorrentes de haveres pelos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

d Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

O saldo do empréstimo junto ao BNDES, possui cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) relacionadas com o cumprimento do índice financeiro apurado em demonstrações financeiras auditada, que compreende a relação entre o patrimônio líquido e o ativo total e deverá ser superior a 0,4.

Em 2023 a cláusula contratual restritiva (*covenants*), relacionada com o cumprimento de índice financeiro, foi integralmente cumprido.

Além da referida cláusula financeira, há outras cláusulas restritivas não financeiras que, em 31 de dezembro de 2023, encontravam-se todas plenamente cumpridas.

14 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	6.099.989	5.383.597
IRRF a recolher sobre salários	1.665.987	1.147.195
FGTS a recolher	891.783	838.022
INSS a recolher sobre salários	632.611	555.597
Rescisões a pagar	142.971	192.447
PIS sobre folha de pagamento a recolher	2.660	4.088
Outras obrigações	50.561	255.805
	<u>9.486.562</u>	<u>8.376.751</u>

15 Subvenções a realizar

Descrição	2022	Valores recebidos/ repasses	Rendimentos	Imobilizações	Consumo/ gastos	2023
Hospital Escola Padre Albino						
- Secretaria de Estado da Saúde	100.094	-	3.362	-	(102.165)	1.291
- Fundo Nacional de Saúde	372.567	7.168.382	202.159	-	(7.586.841)	156.267
- Siconv	-	1.054.645	38.856	(304.067)	-	789.434
- Sustentáveis	3.138.771	-	-	-	-	3.138.771
- Mais Santa Casa	17.666.509	-	43.569	-	(12.227.403)	5.482.675
- Subvenção	3.328.483	8.136.270	153.596	-	(6.654.230)	4.964.119
- Prefeitura de Tanabi	-	15.000	-	-	-	15.000
- Outros	-	-	-	-	-	-
	24.606.424	16.374.297	441.542	(304.067)	(26.570.639)	14.547.557
Hospital Escola Emílio Carlos						
- Secretaria de Estado da Saúde	-	100.000	4.388	(103.025)	-	1.363
- Fundo Nacional de Saúde	-	2.530.527	81.920	-	(2.612.447)	-
- Siconv	10.306	415.557	7.169	(415.558)	(10.405)	7.069
- PRONON	346.709	-	30.257	(16.929)	(88.775)	271.262
- Sustentáveis	662.669	-	-	-	-	662.669
- Mais Santa Casa	1.932.001	-	5.672	-	(1.333.480)	604.193
- Subvenção	2.380.390	3.003.814	14.398	-	(3.142.293)	2.256.309
- Prefeitura Paraiso	-	12.000	140	-	(12.140)	-
- Outros (Verba Covid)	-	4.500.000	219.648	-	(4.719.648)	-
	5.332.075	10.561.898	363.592	(535.512)	(11.919.188)	3.802.865
Ambulatório Médico de Especialidades						
- Secretaria	3.121.586	10.227.566	419.798	(58.795)	(10.942.182)	2.767.973
	3.121.586	10.227.566	419.798	(58.795)	(10.942.182)	2.767.973
Coordenadoria						
- Sincov	250.248	-	13.913	-	(249.718)	14.443
	250.248	-	13.913	-	(249.718)	14.443
Recanto Monsenhor Albino						
- Termo de colaboração 04/2020	-	204.600	921	-	(205.521)	-
- Termo de fomento 01/2023	-	198.000	2.225	-	(99.258)	100.967
- Termo de colaboração 07/2023	-	100.000	738	-	-	100.738
- Outros	2.500	-	-	-	-	2.500
	2.500	502.600	3.884	-	(304.779)	204.205
Subvenções a realizar	33.312.833	37.666.361	1.242.729	(898.374)	(49.986.506)	21.337.043
Circulante	27.846.835					21.337.043
Não circulante	5.465.998					-

As subvenções a realizar, inicialmente, tem sua contrapartida registrada no ativo (nota explicativa nº 7) e, posteriormente, quando realizadas, são reconhecidas no resultado do exercício, na mesma proporção das despesas e custos incorridos por projeto, de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício da Fundação.

16 Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos estão quantificadas em montante considerado suficiente, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para atender às expectativas de perdas prováveis na solução desses processos, sendo parcialmente cobertas por depósitos judiciais classificados no realizável a longo prazo.

As perdas prováveis provisionadas e os depósitos judiciais, nas demonstrações contábeis estão assim compostos:

	Provisões para contingências		Depósitos judiciais		Efeito líquido dos depósitos judiciais	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	2.926.433	1.805.859	540.820	500.344	2.385.613	1.305.515
Cíveis	4.176.257	4.274.054	1.028.427	2.265.034	3.147.830	2.009.020
Tributária	9.013.720	8.383.535	9.013.720	8.383.535	-	-
	16.116.410	14.463.448	10.582.967	11.148.913	5.533.443	3.314.535

Fundação possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, em um total aproximado de R\$9.279.270 (R\$ 8.984.693 em 2022), para as quais a Administração da Fundação, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

17 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 179.764.368 (R\$ 178.612.018 em 2022).

b Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício de 2023 no montante de R\$ 1.152.350, deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Reunião Ordinária do Conselho de Administração e referendo do Conselho de Curadores em sua Reunião Ordinária.

18 Receitas Operacionais Líquidas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas - atividade saúde		
Contratualização SUS (i)	70.829.671	69.643.608
Planos de saúde privado	57.955.524	47.805.036
Serviços hospitalares e ambulatoriais particulares	6.974.737	7.353.218
Contribuições e doações voluntárias	1.745.417	1.453.791
Outras Receitas	-	466.318
Receita operacional líquida - atividade saúde	<u>137.505.349</u>	<u>126.721.971</u>
Receitas - atividade educação		
Mensalidades - educação superior	82.127.844	73.253.887
Mensalidades - educação básica	4.989.142	4.499.688
Gratuidade com bolsas de estudo - educação superior	9.469.524	8.017.207
Gratuidade com bolsas de estudo - educação básica	609.865	504.726
Contribuições e doações voluntárias	29.360	9.039
Aluguéis	25.115	9.250
Outras Receitas	284.887	82.641
	<u>97.535.737</u>	<u>86.376.438</u>
Deduções da receita - atividade educação (ii)		
Bolsas de estudos integrais (100%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(8.566.696)	(7.085.379)
Bolsas de estudos parciais (50%) - ensino superior - Lei Complementar 187/2021	(902.828)	(931.828)
Bolsas de estudos integrais (100%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	(605.554)	(495.904)
Bolsas de estudos parciais (50%) - educação básica - Lei Complementar 187/2021	(4.311)	(8.822)
Bolsas de estudos concedidas - educação superior	(6.420.168)	(5.446.622)
Bolsas de estudos concedidas - educação básica	(1.298.011)	(1.144.455)
	<u>(17.797.568)</u>	<u>(15.113.010)</u>
Receita operacional líquida - atividade educação	<u>79.738.168</u>	<u>71.263.428</u>
Receitas - atividade social		
Contraprestações assistenciais recebidas	347.486	334.217
Contribuições e doações voluntárias	312.937	74.461
Outras Receitas	15.903	16.174
Receita operacional líquida - atividade social	<u>676.326</u>	<u>424.852</u>
Receitas - demais atividades		
Contribuições e doações voluntárias	2.357.569	2.063.828
Serviços voluntários obtidos (nota explicativa nº 23)	76.547	72.680
Aluguéis/arrendamentos	1.957.557	1.654.167
Outras receitas	1.087.252	739.279
Receita operacional líquida - demais atividades	<u>5.478.925</u>	<u>4.529.954</u>
Imunidades usufruídas	34.743.414	31.796.165
Subvenções, convênios e parcerias	51.355.756	36.155.749
Receita operacional líquida - total	<u>309.497.938</u>	<u>270.892.119</u>

- (i) Na área de saúde, a Fundação Padre Albino, no cumprimento das exigências legais emanadas pela Lei Complementar 187/2021, pelo decreto 11.791, de 21 de novembro de 2023, que a regulamenta e Portaria n. 834 de 26/04/2016, prestou ao longo do exercício de 2023, atendimento a pacientes Sistema Único de Saúde – SUS em percentual superior a 60% (sessenta por cento) de sua capacidade instalada, conforme abaixo demonstrado:

Capacidade instalada

Departamento de Saúde	Capacidade Instalada (Leitos)		Dedicação ao SUS (Leitos)		Percentual SUS (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Hospital - Escola Padre Albino	207	207	139	139	67,15	67,15
Hospital - Escola Emílio Carlos	164	164	142	132	86,59	80,49
Total	371	371	281	271	75,74	73,05

Total de pacientes/dia (internações)

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emílio Carlos		Total		Percentual SUS (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SUS	37.652	35.250	39.471	36.115	77.123	71.365	84,05	84,9
Convênios/Particular	10.094	10.453	4.543	2.242	14.637	12.695	15,95	15,1
Total	47.746	45.703	44.014	38.357	91.760	84.060	100	100

Total de internações

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SUS	9.184	8.620	6.258	5.902	15.442	14.522	77,47	78,65
Convênios/Particular	3.540	3.502	951	439	4.491	3.941	22,53	21,35
Total	12.724	12.122	7.209	6.341	19.933	18.463	100	100

Atendimentos ambulatoriais, urgência e emergência

Classificação	Hospital Padre Albino		Hospital Emilio Carlos		Total		Percentual (%)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
SUS	27.301	21.920	72.802	75.467	100.103	97.387	73,97	72,09
Convênios/Particular	34.269	30.599	958	7.114	35.227	37.713	26,03	27,91
Total	61.570	52.519	73.760	82.581	135.330	135.100	100	100

(ii) Na área de ensino, a Fundação concedeu bolsas de estudos a alunos, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Ensino	Nº de Alunos Beneficiados		Valor dos Benefícios	
	2023	2022	2023	2022
UNIFIPA - Medicina	279	277	7.919.542	7.085.931
UNIFIPA - Direito e Adm. Empresas	346	331	2.878.678	2.496.488
UNIFIPA - Enfermagem	193	168	1.156.644	898.397
UNIFIPA - Educação Física	121	122	707.308	805.080
UNIFIPA – Biomedicina	156	121	747.428	577.141
UNIFIPA – Pedagogia	67	58	220.054	234.435
UNIFIPA – Pós-Graduação	41	43	23.225	18.955
UNIFIPA – Agronomia	115	92	963.484	642.179
UNIFIPA – Farmácia	107	87	912.558	628.340
UNIFIPA – Tecnólogo RH	206	84	360.771	76.883
Colégio Catanduva	613	582	1.907.877	1.649.181
Total	2.244	1.965	17.797.568	15.113.010

(iii) Na área de assistência social, foram atendidos gratuitamente, em regime de internato, idosos de ambos os sexos no Recanto Monsenhor Albino, conforme demonstrativo a seguir:

Departamento de Assistência Social	Idosos institucionalizados		Custo anual de atendimento	
	2023	2022	2023	2022
Recanto Monsenhor Albino	23	30	3.332.176	3.002.784
Total	23	30	3.332.176	3.002.784

19 Custos das atividades e serviços

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo com pessoal		
Salários e ordenados	(68.674.975)	(63.056.359)
Horas extras	(4.031.111)	(3.502.155)
Adicional noturno	(1.991.030)	(1.891.675)
Adicional de insalubridade	(7.154.359)	(6.545.866)
Gratificações	(736.675)	(655.943)
Décimo terceiro salário	(7.470.630)	(6.956.959)
Férias	(10.134.926)	(9.445.434)
Aviso prévio	(493.918)	(395.763)
Reestruturação	(753.142)	(194.511)
Indenizações trabalhistas	(3.768.130)	(1.209.857)
FGTS sobre folha de pagamento	(7.306.897)	(7.277.841)
FGTS sobre décimo terceiro	(479.017)	-
FGTS sobre férias	(33.949)	(88.969)
PIS sobre folha de pagamento	(241.842)	(852.142)
PIS sobre férias	(323)	(11.121)
Contratados	(3.169.383)	(2.740.887)
Cestas básicas e vale alimentação	(5.600.136)	(4.793.224)
Outros gastos com pessoal	(1.649.119)	(1.179.881)
	<u>(123.689.562)</u>	<u>(110.798.587)</u>
Serviços voluntários obtidos	(76.547)	(72.680)
Custos com pessoal - total	<u>(123.766.109)</u>	<u>(110.871.267)</u>
Custos com manutenção das atividades, incluindo subvenções e parcerias		
Medicamentos	(19.345.495)	(19.472.440)
Materiais hospitalares	(12.254.873)	(12.671.219)
Médicos plantonistas	(16.202.341)	(16.094.626)
Serviços auxiliares de diagnóstico - SADT	(20.927.229)	(17.611.159)
Serviços médicos - pessoa jurídica	(14.620.487)	(13.329.019)
Órtese e prótese	(10.050.438)	(7.206.088)
Energia elétrica	(3.484.792)	(3.293.940)
Resíduos hospitalares	(843.350)	(700.574)
Rouparia e lavanderia	(4.107.946)	(3.760.386)
Higiene e limpeza	(1.717.139)	(1.698.976)
Material de escritório	(1.192.060)	(1.041.841)
Gêneros alimentícios	(4.327.353)	(4.412.039)
Material de manutenção e consumo	(2.799.569)	(2.135.831)
Materiais de laboratório	(476.177)	(1.103.432)
Dietas e suplementos alimentar	(666.342)	(572.966)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(5.190.193)	(3.805.165)
Residência médica	(1.012.627)	(1.322.215)
Conservação e reparação	(4.770.024)	(4.288.422)
Gás, água e esgoto	(634.154)	(657.618)
Outros gastos	(1.419.383)	(1.038.100)
	<u>(126.041.972)</u>	<u>(116.216.056)</u>
Imunidades usufruídas	(34.743.414)	(31.796.165)
Custos das atividades e serviços - total	<u>(284.551.495)</u>	<u>(258.883.488)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas, assessoria e consultoria com informática	(3.416.437)	(2.911.235)
Publicidade e propaganda	(1.481.837)	(1.251.061)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.197.427)	(1.505.914)
Honorários de prestadores de serviços	(448.592)	(201.135)
Aluguéis	(985.876)	(917.665)
Combustíveis e lubrificantes	(242.216)	(220.124)
Viagens e estadias	(667.629)	(391.117)
Telefone e internet	(404.367)	(445.847)
Impostos e taxas	(179.528)	(694.887)
Outras despesas	(1.204.864)	(821.532)
	<u>(10.228.773)</u>	<u>(9.360.517)</u>

21 Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.144.949	9.000.198
Juros ativos	788.050	478.744
Descontos obtidos	364.100	302.385
Outras receitas financeiras	-	121
	<u>11.297.099</u>	<u>9.781.448</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(3.402.117)	(3.166.460)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.416.556)	(2.134.394)
Taxas e comissões bancárias	(617.817)	(405.461)
Juros e multa	(33.448)	(26.217)
Outras despesas financeiras	(19.881)	(12.990)
	<u>(6.489.819)</u>	<u>(5.745.522)</u>
Resultado financeiro	<u>4.807.280</u>	<u>4.035.926</u>

22 Instrumentos financeiros

a Considerações gerais

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

<u>Descrição</u>	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Classificação</u>
Ativos financeiros				
Caixa e bancos conta movimento - sem restrição	4	427.794	232.835	(i)
Aplicações financeiras - sem restrição	4	91.883.538	69.700.428	(ii)
Bancos conta movimento - com restrição	5	100.941	62.727	(i)
Aplicações financeiros - com restrição	5	6.558.295	6.252.823	(ii)
Contas a receber de clientes	6	13.119.683	12.477.119	(i)
Outros créditos		28.977	126.649	(i)
		<u>112.119.228</u>	<u>88.852.581</u>	
Passivos financeiros				
Fornecedores	12	10.398.264	7.505.730	(iii)
Empréstimos e financiamentos	13	33.367.864	8.473.046	(iii)
Outras obrigações		6.047.639	5.280.492	(iii)
		<u>49.813.767</u>	<u>21.259.268</u>	

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado
- (ii) Valor justo por meio de resultado
- (iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

b Fatores e riscos que podem afetar os negócios da Fundação

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros;

b.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Fundação. Equivalentes de caixa, que inclui aplicações financeiras são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

Contas a receber de clientes está relacionado a mensalidades de alunos e prestação de serviços médicos. Para mitigar esses riscos de crédito, a Fundação adota como prática a análise das situações financeiras de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Especificamente para o contas a receber de alunos, o risco de crédito é gerenciado pela renovação das matrículas anualmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. A Fundação possui, ainda, a provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes no montante de R\$ 5,754.065 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.552.513 em 31 de dezembro de 2022).

b.2 Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrara dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez e de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da fundação.

b.3 Risco de taxa de juros

A Fundação procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. A exposição a este risco está relacionada a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. A taxa de juro de empréstimos e financiamentos estão vinculadas a taxa de mercado contratualmente pré-fixadas não havendo riscos de flutuação ou exposição por conta de alterações de taxas.

c Estimativa do valor justo

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que, o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação, estejam próximos aos seus valores contábeis.

A administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

23 Isenções usufruídas

Em atendimento ao Artigo 30º, Inciso III, item (c) da Portaria nº 1.970, de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, são demonstradas a seguir, os valores relativos aos benefícios fiscais usufruídos durante os exercícios de 2023 e de 2022:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS Cota Patronal	27.605.249	25.886.875
COFINS	6.512.417	5.909.290
Outros	625.748	-
	<u>34.743.414</u>	<u>31.796.165</u>

a Isenção usufruída das contribuições previdenciárias (INSS)

<u>Departamento da Fundação</u>	<u>Valor bruto da folha de pagamento</u>		<u>Contribuição anual devida</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Hospital - Escola Padre Albino	38.886.841	36.654.177	10.810.542	10.189.861
Hospital – Escola Emílio Carlos	23.313.450	21.361.383	6.481.139	5.938.465
Ambulatório Médico de Especialidades – AME	3.209.583	2.912.072	892.264	809.556
Departamentos de saúde - total	<u>65.409.874</u>	<u>60.927.632</u>	<u>18.183.945</u>	<u>16.937.882</u>
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	20.838.343	20.126.133	5.793.059	5.595.065
Colégio Catanduva	1.869.231	1.732.221	519.646	481.557
Centro Cultural e Histórico Padre Albino	80.701	82.351	22.435	22.894
Departamentos de ensino - total	<u>22.788.275</u>	<u>21.940.705</u>	<u>6.335.140</u>	<u>6.099.516</u>
Recanto Monsenhor Albino	1.235.394	1.363.797	343.439	379.135
Departamentos de assistência social - total	<u>1.235.394</u>	<u>1.363.797</u>	<u>343.439</u>	<u>379.135</u>
Coordenadoria Geral	9.865.912	8.886.122	2.742.724	2.470.342
Outros departamentos - total	<u>9.865.912</u>	<u>8.886.122</u>	<u>2.742.724</u>	<u>2.470.342</u>
Total geral	<u>99.299.455</u>	<u>93.118.255</u>	<u>27.605.248</u>	<u>25.886.875</u>

b Isenção usufruída da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

<u>Departamento da Fundação</u>	<u>Base de cálculo anual</u>		<u>COFINS anual devido</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Hospital - Escola Padre Albino	103.707.840	95.730.502	3.111.235	2.871.915
Hospital – Escola Emílio Carlos	32.367.861	28.692.072	971.036	860.762
Departamentos de saúde - total	<u>136.075.701</u>	<u>124.422.575</u>	<u>4.082.271</u>	<u>3.732.677</u>
Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA	75.973.484	68.059.530	2.279.205	2.041.786
Colégio Catanduva	3.716.975	3.503.731	111.509	105.112
Departamentos de ensino - total	<u>79.690.459</u>	<u>71.563.261</u>	<u>2.390.714</u>	<u>2.146.898</u>
Recanto Monsenhor Albino	349.888	331.461	10.497	9.944
Departamentos de assistência social - total	<u>349.888</u>	<u>331.461</u>	<u>10.497</u>	<u>9.944</u>
Coordenadoria Geral	964.505	659.023	28.935	19.771
Outros departamentos - total	<u>964.505</u>	<u>659.023</u>	<u>28.935</u>	<u>19.771</u>
Total geral	<u>217.080.553</u>	<u>196.976.320</u>	<u>6.512.417</u>	<u>5.909.290</u>

c Trabalhos voluntários usufruídos

No decorrer do ano de 2023 o conselho de administração, que é composto por voluntários, doou para a Fundação 1.152 horas de trabalho (idem 2022). Essas horas de trabalho e os encargos incidentes sobre elas, somaram um montante de R\$ 76.547 (R\$ 72.680 em 2022) (nota explicativa nº 18), que foram registrados conforme define a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

24 Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva (AME)

A Fundação Padre Albino firmou contrato de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, em 26 de julho de 2011 (001.0500.000.023/2011), renovado em 26 de Julho de 2016 (001.0500.000.015/2016), que foi renovado em 01 de Julho de 2021 (Nº SES – PRC – 2021/08034) por intermédio da Secretária de Estado da Saúde, regido pela Lei Complementar nº 846 de 04 de Junho de 1998, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços no Ambulatório Médico de Especialidades Catanduva – AME CATANDUVA, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão acima mencionado tem por finalidade atender com recursos humanos e técnicos os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e IAMSPE tendo como objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde em conformidade com os anexos técnicos que integram os contratos de gestão citados acima.

A Fundação Padre Albino, em atendimento a IN TCESP nº 01/2008, em seu artigo 40 e artigo 179, prestou contas das receitas e despesas computadas por fonte de recursos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, a saber:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas operacionais		
Repasso Contrato de Gestão/Convênio (Fixo + variável)	10.227.567	10.615.615
Resultado de Aplicação Financeira	420.787	391.749
	<u>10.648.354</u>	<u>11.007.364</u>
Despesas operacionais		
Pessoal	(4.147.636)	(3.582.838)
Serviços de Terceiros – P. Jurídica	(4.879.763)	(4.367.751)
Materiais	(825.852)	(777.718)
Gerais (Água, Luz, Telefone, Aluguel)	(245.083)	(251.512)
Tributárias/Financeiras	(6.929)	(7.092)
Outras Despesas	(2.385)	(1.786)
Ações Judiciais	(64.272)	(121.914)
Ressarcimento por Rateio	(773.153)	(713.992)
	<u>(10.945.073)</u>	<u>(9.824.603)</u>
Resultado operacional	<u>(296.719)</u>	<u>1.182.761</u>
Total dos investimentos	<u>(58.795)</u>	<u>-</u>

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.